

Tradução realizada pela Secretaria do MERCOSUL

COMUNICADO CONJUNTO DAS PRESIDENTAS E OS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS

As Presidentas e os Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, reunidos na cidade de Caracas, Venezuela, no dia 29 de julho de 2014, por ocasião da XLVI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC),

Firmemente decididos a construir sociedades cada vez mais inclusivas; superar as desigualdades e conquistar uma distribuição mais equitativa e justa da riqueza; aprofundar as relações comerciais e de complementaridade; melhorar a infraestrutura e conectividade e as redes necessárias que unam cada vez mais nosso povos; melhorar a produtividade; trabalhar pelo desenvolvimento sustentável em harmonia com a natureza, fortalecer a participação social na integração regional.

Convencidos da importância da incorporação dos jovens nos processos de transformação econômica, política e social, e de seu papel como atores fundamentais para o desenvolvimento da região, sublinhando a necessidade de aprofundar na adoção e implementação de políticas públicas e na criação de uma nova institucionalidade destinada ao desenho e execução de planos e projetos de atendimento integral à juventude, no qual gerar espaços de participação política, sócio produtiva, cultural, de lazer, esportiva e acadêmica.

Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento dos mecanismos de integração, união e concertação regional por meio de um diálogo político permanente, que permita garantir a soberania da região e preservar a América do Sul como uma zona de paz e reafirmaram sua vontade irrevocável de fortalecer a democracia, a ordem constitucional, o Estado de Direito e a promoção e proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Ratificaram a importância de preservar o crescimento das economias dos países do MERCOSUL e Estados Associados e maximizar seu potencial de desenvolvimento. Nesse contexto, manifestaram seu compromisso de continuar

aplicando políticas públicas que estendam os benefícios desse crescimento a toda a população da região, assegurando um desenvolvimento com geração de emprego e inclusão social.

Renovaram seu compromisso com o desenvolvimento regional integrado, inclusivo e com equidade, levando em conta a importância de assegurar um tratamento favorável às economias pequenas e mais vulneráveis. Comprometeram-se, ainda, a outorgar todo o apoio necessário aos países em desenvolvimento sem litoral marítimo, levando em conta que as características especiais destes merecem um enfoque adequado para atender a suas necessidades, vulnerabilidades e problemas específicos, garantindo-lhes o livre trânsito, pelo território dos países de trânsito e por qualquer meio de transporte, em conformidade com as regras aplicáveis do direito internacional, as convenções internacionais e os convênios bilaterais vigentes.

Congratularam-se pelos esforços e realizações dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL, no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e reiteraram seu compromisso para manter uma coordenação no processo de construção da Agenda do Desenvolvimento Pós 2015 e a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Congratularam-se pelo desempenho da República Bolivariana da Venezuela no exercício da Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL, o que constitui um passo no caminho para a União Sul-Americana.

Manifestaram sua satisfação pela posse de Horacio Cartes como Presidente Constitucional da República do Paraguai, democraticamente eleito em 21 de abril de 2013, e auguraram-lhe uma excelente gestão.

Parabenizaram o povo chileno pelo processo eleitoral mediante o qual resultou eleita Michelle Bachelet, para um segundo mandato, como Presidenta da República do Chile, e expressaram seus melhores desejos de êxito na gestão das altas funções que lhe foram encomendadas.

Congratularam o povo colombiano pelo desenvolvimento da jornada democrática e cívica mediante a qual foi reeleito Juan Manuel Santos como Presidente da República da Colômbia e, ao mesmo tempo que lhe desejaram um frutífero desempenho no decorrer de sua gestão, reconheceram os esforços de seu governo para alcançar a paz por meio do diálogo.

Sublinharam a Declaração como “Cidadãos Ilustres do MERCOSUL” dos ex Presidentes Hugo Chávez e Néstor Kirchner, reconhecendo sua liderança como construtores da integração latino-americano caribenha, baseada na reivindicação dos laços históricos de irmandade regional, soberania, independência, liberdade e alta valoração pela paz.

Passaram em revista os avanços alcançados neste período nos distintos Fóruns da dimensão Política, Social e Cidadã do MERCOSUL, do processo de Integração Latino-Americano e Caribenho e do âmbito Multilateral:

I. NO ÂMBITO DO MERCOSUL

1. Saudaram a realização da XXIV Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL (RAADDHH) e instaram a aprofundar a tarefa de todas as Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho dessa instância, em particular da Comissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça e a continuar fortalecendo a promoção e proteção dos Direitos Humanos.

Parabenizaram a apresentação do “Guia de arquivos sobre graves violações aos Direitos Humanos cometidas pelas coordenações repressivas do Cone Sul”, a cargo do Secretário Executivo do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDDHH), que contou com a participação das delegações da Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela.

Tomaram nota do relatório apresentado pela Venezuela no âmbito da Comissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça sobre a tarefa da Comissão Nacional pela Justiça e a Verdade da Venezuela que corrobora que as políticas repressivas implementadas no Cone Sul foram também aplicadas nesse país.

Destacaram, nesse contexto, a celebração do Seminário “Direitos dos Povos Originários no âmbito da União e Integração Latino-Americana e Caribenha”, no qual se reiterou a importância de reivindicar os direitos dos povos originários e impulsionar iniciativas em matéria de educação intercultural bilíngue, resgate dos idiomas indígenas e intercâmbio em matéria econômica e social com os povos originários no MERCOSUL.

2. Parabenizaram a República Federativa do Brasil pela bem-sucedida organização do Fórum Mundial de Direitos Humanos realizado em Brasília em dezembro de 2013 a fim de promover o diálogo sobre direitos humanos no âmbito

internacional, e agradeceram a colaboração prestada no Pré-Fórum Mundial de Direitos Humanos que aconteceu nesse mesmo mês em Buenos Aires, organizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Argentina, o Centro Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos, o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI) e o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDDHH).

3. Reafirmaram a importância de concretizar a iniciativa de cooperação em direitos humanos entre o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL e a República do Haiti, que teve início em 2012.

4. Celebraram a criação do MERCOSUL Indígena como um espaço que, juntamente com os movimentos sociais da Região, propicie a união dos povos da América Índia, entendendo sua cosmovisão e resgatando os saberes ancestrais para o resguardo e a proteção da Pachamama. Ainda, receberam com beneplácito a criação da “Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM)” como um espaço para visibilizar os povos indígenas da Região.

5. Manifestaram o compromisso dos países do MERCOSUL com o êxito da Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, que deverá contribuir para o desenvolvimento dos princípios da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

6. Ratificaram a necessidade de garantir o respeito dos Direitos Humanos dos migrantes, com independência de sua condição migratória, nacionalidade, origem étnica, gênero, idade ou qualquer outra consideração, estimulando para isso a implementação de mecanismos de cooperação em matéria de política migratória.

Reiteraram seu compromisso com a construção do MERCOSUL como espaço humanitário de proteção aos refugiados e reafirmaram o apoio prestado ao “Processo Cartagena+30” com motivo do trigésimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984 que concluirá na reunião ministerial a celebrar-se em Brasília em dezembro de 2014.

7. Reconheceram o papel da mulher como ator fundamental para o desenvolvimento da região e congratularam-se pela aprovação por parte do CMC das “Diretrizes da Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL”, uma proposta da IV Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM) que permitirá transversalizar a perspectiva de gênero em todos os órgãos e fóruns do bloco, ao

mesmo tempo que contribuirá com o objetivo de conquistar a igualdade e a equidade entre mulheres e homens no processo de integração.

Expressaram também sua satisfação pela implementação da campanha "MERCOSUL livre de comércio de mulheres", disseminada em zonas de fronteira, aeroportos e rodoviárias dos Estados Partes. Nesse sentido, instaram a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher e as autoridades competentes a continuarem aprofundando seu efetivo desenvolvimento.

8. Celebraram a realização da XXV Reunião Ordinária de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL e reafirmaram a alta prioridade do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) do MERCOSUL.

Neste sentido, celebraram a iniciativa desta instância de elaborar um Projeto Regional para a execução de um Programa de Erradicação da Fome no MERCOSUL durante o período 2014–2017.

9. Manifestaram sua satisfação com a designação de Miguel Ángel Contreras como Diretor Executivo do Instituto Social do MERCOSUL (ISM), e expressaram seus melhores desejos de sucesso na gestão deste importante organismo, a fim de contribuir na redução das desigualdades sociais entre os Estados Partes. Saudaram, ainda, o compromisso do governo paraguaio quanto à doação de uma sede permanente.

10. Acolheram com beneplácito a declaração pela Organização das Nações Unidas do ano 2014 como "Ano Internacional da Agricultura Familiar – AIAF 2014", e tomaram nota das atividades realizadas e a realizar-se pelos Estados Partes e Associados, em coordenação com a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), nos âmbitos do AIAF 2014. Da mesma forma, parabenizaram a REAF pela comemoração de seus dez anos de funcionamento, período no qual foi possível desenvolver um importante conjunto de iniciativas que fortaleceram as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e camponesa, bem como a aumentar a consciência da sociedade sobre a importância do setor para o desenvolvimento sustentável, a superação da pobreza e a garantia da segurança alimentar nos países sul-americanos.

11. Receberam com beneplácito a aprovação por parte do CMC da Decisão mediante a qual é criada a "Reunião de Autoridades sobre Privacidade e Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica do MERCOSUL", com a função de propor políticas e iniciativas comuns nesta área, levando em conta que

a vulnerabilidade dos sistemas informáticos e das redes de telecomunicações favorece o cibercrime.

Reiteraram seu repúdio ao estabelecimento de sistemas de espionagem e a qualquer ação que quebre o direito à privacidade da informação tanto estatal quanto individual, bem como à interceptação ilegal ou arbitrária das comunicações ou coleta ilegal ou arbitrária de dados pessoais, pois tudo isso se constitui em violações a normas essenciais do Direito Internacional e aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas. Sublinharam que as Nações Unidas tem um papel central que cumprir na promoção de uma discussão ampla sobre o tema.

12. Parabenizaram o Brasil pela Reunião de Múltiplas Partes Interessadas sobre o Futuro da Governança da Internet (NET mundial), realizada em 23 e 24 de abril de 2014, e acolheram a Declaração da NET mundial, reforçando seu compromisso com a promoção de uma Internet livre, aberta, segura, inclusiva e inovadora, baseada em um modelo de governança multilateral, multissetorial, transparente e democrática, com pleno respeito aos Direitos Humanos.

13. Reconheceram a importância da tarefa do Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições do MERCOSUL y Estados Associados (GTAM) para prevenir, combater e erradicar a fabricação e o tráfico ilícito de armas, sendo um âmbito fundamental para a coordenação de posições e de políticas dos Estados Partes e Associados na matéria e para a harmonização das legislações nacionais.

14. Celebraram a realização da XXXIV Reunião de Ministros do Interior e Segurança do MERCOSUL e Estados Associados, e salientaram os avanços alcançados no funcionamento da plataforma de Interoperabilidade do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL (SISME); e a incorporação do delito de Contrabando de Extração como tema de estudo e acompanhamento nos Grupos Especializados com competência.

Tomaram nota da assinatura do “Acordo para a Aprovação do Guia de Procedimento para a Fiscalização de Materiais Radioativos nos Pontos de Controle”, que busca prevenir o tráfico ilícito de material nuclear e/ou radiativo, em prol de garantir os avanços em nível regional em termos de comunicação de alertas, protocolização das comunicações e capacitações virtuais.

15. Manifestaram seu beneplácito pela Decisão do Conselho do Mercado Comum que aprova a Adesão do Peru ao “Acordo sobre Dispensa de Tradução para os

Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile”, assinado em 15 de dezembro de 2000, na cidade de Florianópolis, República Federativa do Brasil, que facilitará os trâmites administrativos migratórios dos nacionais dos países membros do Acordo.

16. Expressaram satisfação pela realização da XL Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL e valoraram a assinatura da “Declaração da Ilha de Margarita para o Fortalecimento das Garantias dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência no Marco de Processos Judiciais e/ou Administrativos”, mediante a qual se reconhece a importância de adotar medidas internas e promover a cooperação internacional para garantir a proteção eficaz dos direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Saudaram, ainda, a adesão da República Bolivariana da Venezuela à “Declaração sobre Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros do MERCOSUL e Estados Associados”, bem como a “Declaração sobre Proibição da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes do MERCOSUL e Estados Associados”.

17. Congratularam-se com os avanços alcançados na implementação do Memorando de Entendimento para a Cooperação, Capacitação e Transferência de Boas Práticas entre os Ministérios da Justiça dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL e com a aprovação para a realização do Seminário sobre Mediação e outros Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos no âmbito do MERCOSUL e Estados Associados a realizar-se na Cidade de Buenos Aires.

18. Congratularam os Ministros da Educação do MERCOSUL pela tarefa desenvolvida para a obtenção da aprovação do Plano de Funcionamento do Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL), que aperfeiçoará, ampliará e articulará as iniciativas de mobilidade acadêmica em educação, bem como pela criação da Unidade Técnica de Educação (UTE) no âmbito da Secretaria do MERCOSUL como instância de apoio ao Setor Educacional do MERCOSUL.

19. Saudaram a realização da I Reunião de Ministros e Altas Autoridades em Esportes do MERCOSUL e valoraram a decisão de criar uma estrutura organizativa que facilite a integração regional em matéria de esportes e permita a articulação necessária e continuada entre nossos países, considerando o esporte, a atividade física e o lazer como ferramentas indispensáveis para o pleno

desenvolvimento do ser humano, a redução da discriminação e a promoção da inclusão social.

20. Saudaram os trabalhos realizados por ocasião da XXXV Reunião de Ministros da Saúde do MERCOSUL salientando, entre outras importantes iniciativas, a aprovação do "Plano de Fortalecimento das Estratégias Regionais para o controle da Tuberculose no MERCOSUL e Estados Associados", que restabelece as linhas prioritárias de ação para a abordagem desta doença prevenível e que constitui um dos principais desafios sanitários para a região; a formulação da "Estratégia Regional de Defeitos Congênitos e Deficiência", o consenso alcançado em matéria de Autossuficiência em Componentes e Derivados do Sangue, com base na Doação Voluntária, não Remunerada e Repetida (DVNR), o efetivo controle de Programas de Sistemas de Hemovigilância e dos Programas de Garantia da Qualidade na Rede de Bancos de Sangue.

Comprometeram-se, ainda, para que os Estados Associados do bloco, através de suas instâncias nacionais, consigam harmonizar os importantes avanços alcançados no Registro MERCOSUL de Doação e Transplante de Órgãos (DOASUL).

21. Acolheram os resultados da Declaração dos Ministros do Meio Ambiente (RMMA), durante sua XVIII Reunião MERCOSUL, na qual reafirmam sua disposição de coordenar a Agenda Ambiental do MERCOSUL com base no desenvolvimento de cinco linhas estratégicas acordadas, o que permitirá aprofundar os compromissos dos países para a conservação do ambiente e o desenvolvimento de programas destinados a promover a inclusão social e a cooperação sob todas suas formas, incluída a Cooperação Sul – Sul.

Deram as boas-vindas à pronta entrada em vigor do "Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização" em outubro próximo, destacando sua relevância para o reconhecimento da soberania dos Estados Partes sobre seus recursos genéticos.

22. Ratificaram o apoio à República Oriental do Uruguai em face da interferência da indústria multinacional do fumo na implementação de políticas de controle de tabaco, o que atenta contra o direito soberano dos Estados a definirem suas políticas de saúde.

Deram as boas-vindas à recente abertura do Centro de Cooperação Internacional para o Controle do Tabaco do Ministério da Saúde Pública do Uruguai (CCICT), o qual, em coordenação com a Secretaria da Convenção da OMS, terá por funções desenvolver, analisar, sintetizar e disseminar o conhecimento e a informação relativa aos assuntos de sua experiência, tais como ambientes livres de fumaça, advertências sanitárias e tratamentos de cessação do tabagismo.

23. Tomaram nota dos trabalhos realizados no âmbito da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais (REDPO) em matéria de respeito aos direitos humanos, direitos dos trabalhadores migrantes, e tudo aquilo que for relativo ao tráfico de pessoas, bem como o acompanhamento do projeto “Sistematização e acompanhamento de atos de tortura e outras formas de violência institucional”. Salientaram, ainda, os avanços em programas de cooperação e intercâmbio entre Defensores Públicos Oficiais, a apresentação de propostas vinculadas às tecnologias da informação e a comunicação, e o trabalho constante das Defesas Públicas em prol de consolidar uma autonomia funcional e administrativa que contribua para a obtenção de uma maior eficiência.

24. Destacaram a realização da XVI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL e Estados Associados, sublinhando a importância da proteção da legalidade e a perseguição penal naqueles fatos que prejudiquem nossos povos. Enfatizaram na relevância da promoção e manutenção da condição de titular da ação penal pública por parte dos Ministérios Públicos e a necessidade de que existam processos acusatórios, orais e públicos.

Salientaram o trabalho realizado tanto em matéria de comércio de pessoas, luta contra o crime organizado transnacional, delitos informáticos, defesa da mulher e delitos contra a humanidade, quanto em termos de intercâmbio e formação conjunta em investigação, criminalística e ciências forenses. Sublinharam, ainda, a entrada em funcionamento, nesse âmbito, do Subgrupo de Trabalho de Crimes Contra a Humanidade, com o objetivo de cooperar, trocar experiências e coordenar estratégias de investigação em processos penais vinculados com tais delitos.

25. Saudaram e apoiaram os avanços realizados pela X Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, a Defesa Civil, a Proteção Civil e a Assistência Humanitária do MERCOSUL (REHU) que contribuirá para melhorar os mecanismos de coordenação e cooperação sub-regionais na matéria, e para a construção de posições compartilhadas para a construção de sociedades resilientes nos países do MERCOSUL e Associados.

26. Tomaram nota dos trabalhos desenvolvidos durante a XXIII Reunião Especializada de Comunicação Social, e ressaltaram os avanços voltados à consecução de uma política comunicacional do MERCOSUL e a importância da incorporação de outros meios de comunicação social como fator estratégico para dar visibilidade aos êxitos deste projeto de integração.

27. Reafirmaram os termos da Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e da República do Chile, assinada em 25 de junho de 1996 em Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaração sobre as Malvinas, e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas.

Salientaram que a adoção de medidas unilaterais não é compatível com o que fora acordado nas Nações Unidas, e recordaram o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes alcance, o quanto antes, uma solução em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, do MERCOSUL, do MERCOSUL, da UNASUL e de outros foros regionais e multilaterais.

Reiteraram seu repúdio ao desenvolvimento de atividades unilaterais britânicas que incluem, entre outras, a exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis da área em controvérsia. A esse respeito, reconheceram à República Argentina o direito que lhe assiste de empreender ações legais com pleno respeito do Direito Internacional e das resoluções pertinentes contra as atividades de exploração e extração de hidrocarbonetos não autorizadas em sua plataforma continental e nesse sentido destacaram a Decisão Ministerial 496 da XLIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) celebrada em Punta Cana, República Dominicana, em 29 de novembro de 2013.

Reiteraram os compromissos contidos na Declaração Especial sobre a exploração de recursos naturais não renováveis na plataforma continental argentina de 3 agosto de 2010.

II. NO ÂMBITO REGIONAL, DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

1. Coincidiram na importância de consolidar a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) como foro de diálogo e concertação política, saudaram os avanços obtidos no processo de integração que se realiza nesse âmbito e ressaltaram a necessidade de promover a coordenação e a complementaridade com outros mecanismos de integração regional e sub-regional.

Expressaram sua satisfação pela bem-sucedida realização da II Cúpula de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da CELAC, realizada em Havana, República de Cuba, nos dias 28 e 29 de janeiro de 2014, bem como a “Proclamação da América Latina e Caribe como Zona de Paz”, baseada no respeito dos princípios e normas do Direito Internacional.

2. Congratularam-se, ainda, pelos resultados da Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe, realizada em 17 de julho de 2014, oportunidade na qual se anunciou a inauguração oficial do Foro China-CELAC e o lançamento de uma parceria estratégica entre a China e América Latina e Caribe, com o propósito de elevar o nível de cooperação em setores tais como infraestrutura, comércio, agricultura, desenvolvimento social, ciência e tecnologia, educação e cultura.

3. Congratularam-se pelos avanços alcançados na recente Reunião de Chefes e Chefes de Estado dos países sul-americanos e os países do BRICS, realizada na cidade de Brasília em 16 de julho de 2014, na qual se aprofundaram os laços entre ambos os blocos, com o impulso de iniciativas para a redução da pobreza e o fortalecimento da cooperação numa ordem multilateral que favoreça o desenvolvimento integral. Parabenizaram, ainda, a criação do Banco BRICS, projeto com objetivos convergentes com o Banco do Sul, que permitirá sustentar Programas de Desenvolvimento e de infraestrutura, e reiteraram a importância do aproveitamento das potencialidades e oportunidades conjuntas do BRICS e da América Latina e Caribe.

4. Saudaram a bem-sucedida realização do trigésimo quinto período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), celebrado na cidade de Lima, de 5 a 9 de maio de 2014, oportunidade na qual se instou a estabelecer como prioridades da região o crescimento com inclusão social, a diversificação da produção e a promoção de investimentos que respeitem o meio

ambiente; todo isso a fim de gerar maior igualdade e sustentabilidade para o desenvolvimento na América Latina e o Caribe.

5. Saudaram a realização da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Grupo dos 77 + China na cidade de Santa Cruz e a Declaração que se emitiu com motivo do 50 aniversário deste Grupo, que chama a prestar atenção para a situação de nossa Mãe Terra e reconhece a importância de fomentar um desenvolvimento em harmonia com a natureza.

6. Como parte dos resultados desta Cúpula, salientaram a próxima realização da Reunião Ministerial sobre a Governança dos Recursos Naturais e sua Industrialização que se levará adiante em Tarija no mês de agosto do ano em curso e que dará início a um diálogo aberto que permitirá a troca de experiências e conhecimentos para incrementar as capacidades produtivas e de desenvolvimento industrial sustentável com soberania nos países do Sul.

7. Destacaram a celebração no Paraguai do 44 Período Ordinário de Sessões da Organização dos Estados Americanos, enfatizaram na adoção da Declaração de Assunção "Desenvolvimento com Inclusão Social" na que os Chanceleres reafirmaram o compromisso de seus países para alcançar a equidade e superar a exclusão social, reiterando que é um imperativo que deve unir ainda mais a ação dos Estados americanos para melhorar as condições para o desenvolvimento econômico e social de seus povos.

8. Saudaram os esforços da Comunidade Andina para a implementação da reengenharia do Sistema Andino de Integração, visando adequar este processo aos desafios do atual contexto internacional, e congratularam-se pela vontade de avançar nas relações de articulação e coordenação com o MERCOSUL e a UNASUL com o objetivo de fortalecer o processo de integração regional.

9. Saudaram a realização da XII Cúpula da ALBA-TCP e tomaram nota do interesse e disposição da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América de estabelecer relações de cooperação com o MERCOSUL, em um âmbito de concertação política, promovendo a complementaridade econômica e produtiva, tendo em mira o desenvolvimento integral e a redução das desigualdades na região.

10. Manifestaram seus desejos de sucesso à República Oriental do Uruguai no exercício da Presidência *Pro Tempore* da UNASUL, que assumirá no próximo 22 de agosto de 2014, por ocasião da VIII Reunião Ordinária do Conselho de Chefes

e Chefes de Estado e de Governo da União, e que dará início à nova etapa no processo de integração sul-americano, a partir da identificação das prioridades estratégicas regionais e o impulso ao processo de definição de um modelo global de gestão que favoreça a racionalização e a coordenação das instâncias de seu trabalho e a articulação com os demais mecanismos de integração regional e sub-regional.

11. Congratularam-se com o início da Década dos Afrodescendentes Latino-Americanos e Caribenhos no dia 1º de janeiro de 2014 e reafirmaram seu compromisso com a superação do racismo e todas as formas de discriminação e intolerância na região.

III. NO ÂMBITO MULTILATERAL

1. Expressaram seu pleno apoio à candidatura da República Bolivariana da Venezuela como Membro não Permanente do Conselho de Segurança para o período 2015-2016, cujas eleições acontecerão no marco do 69 Período de Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, em outubro de 2014. Também, manifestaram sua confiança em que a eleição e presença da Venezuela nesse órgão principal das Nações Unidas estará voltada a contribuir decididamente para o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, em conformidade com os propósitos e princípios consagrados na Carta da ONU e do Direito Internacional.

2. Instaram ao restabelecimento do diálogo que acarrete a cessação permanente das ações militares na Faixa de Gaza, com pleno respeito do Direito Internacional Humanitário e a observância dos Direitos Humanos como única saída a este conflito que vem ocasionando um número importante de vítimas civis, ao mesmo tempo que respaldaram os esforços realizados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e por distintos governos para acordar um cessar-fogo.

Por último, instaram a um imediato levantamento do bloqueio que afeta a população de Gaza, que permita o livre trânsito de pessoas, o ingresso de alimentos, medicamentos e ajuda humanitária, tanto por via terrestre quanto marítima.

3. Manifestaram sua preocupação pela continuidade das hostilidades e pelas violações dos Direitos Humanos na República Árabe da Síria. Exortaram todas as partes a renunciar à violência, a se comprometer com um cessar-fogo efetivo e a retomar o diálogo e a negociação de forma urgente, para avançar nos esforços de reconciliação nacional e para garantir a plena aplicação das Convenções de Genebra.

Com fundamento no Comunicado de Genebra, endossado pela Resolução 2118 (2013) do Conselho de Segurança, reiteraram que somente um processo político inclusivo, liderado pelos sírios, poderá conduzir à paz e à realização das legítimas aspirações do povo sírio, com base na aplicação dos princípios de soberania, independência e integridade territorial da Síria e não ingerência em seus assuntos internos.

Expressaram, também, seu apoio à Resolução 2165 do Conselho de Segurança, mediante a qual se autoriza os organismos humanitários a utilizarem rotas de acesso através das linhas do conflito e as rotas mais diretas à República Árabe Síria, bem como os respectivos passos fronteiriços e, dessa maneira, prover uma pronta ajuda humanitária à população mais necessitada dessa Nação notificando às autoridades sírias.

4. Reafirmaram que a mudança climática representa um desafio crescente para a humanidade, sua segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, entre outras ameaças. Nesse sentido, expressaram seu respaldo ao Governo do Peru para alcançar os objetivos que se perseguem para a COP20 e a CMP10, que acontecerão em Lima, de 1º a 12 de dezembro de 2014. Também, destacaram a participação da sociedade civil e outras organizações na Pré-COP sobre mudança climática que acolherá a República Bolivariana da Venezuela entre 4 e 7 de novembro próximo. Expressaram seu compromisso de contribuir para se alcançar, na COP20, um esboço para um novo acordo climático global, no âmbito e sob os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática.

5. Reconheceram, ainda, que se faz imperativa a formulação e o desenvolvimento de novos enfoques que abordem de uma maneira apropriada, integral, eficiente e fundamentada o problema mundial das drogas, que incorpore o princípio de responsabilidade comum e compartilhada, a transversalidade dos direitos humanos, as estratégias que se implementem e tenham o bem-estar do indivíduo e da sociedade como norte das políticas públicas nesta área.

6. Destacaram seu compromisso permanente com a vigência da moratória à caça aos cetáceos, seu uso econômico não letal e não extrativo, e seu total apoio à aprovação e posterior implementação da proposta de criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul no âmbito da Comissão Baleeira Internacional.

7. Apoiaram a execução de ações que permitam a devida implementação das resoluções A/HRC/26/L.22/Rev.1 e A/HRC/26/L.1, do Conselho de Direitos

Humanos das Nações Unidas, referidas à tarefa dos grupos de trabalho sobre a Questão dos Direitos Humanos e as Empresas Transnacionais e Outras Empresas.

8. Congratularam-se pela decisão anunciada pelo PNUMA na passada Assembleia Ambiental das Nações Unidas sobre a pronta abertura de um escritório sub-regional sul-americano do mencionado Programa na cidade de Montevideu, e manifestaram a importância de que a mesma possa apoiar os esforços envidados no MERCOSUL na área da proteção ambiental, conforme os distintos enfoques e planos nacionais dos países.

Auguraram o maior sucesso para a XII Conferência das Partes da Convenção sobre Zonas Úmidas (Convenção de Ramsar) que acontecerá em Punta del Este, Uruguai, de 1º a 9 de junho de 2015, sob o lema “Zona Úmidas para Nosso Futuro”, com o fim de salientar a rica biodiversidade das zonas úmidas e a importância de seus serviços ecossistêmicos para atingir um desenvolvimento sustentável e melhorar o bem-estar humano.

9. Saudaram a assinatura da Convenção de Minamata sobre mercúrio, que representa um importante avanço da comunidade internacional na implementação de medidas voltadas a proteger a saúde e o ambiente das emissões e liberações de mercúrio, ao mesmo tempo que sublinharam a importância de sua pronta ratificação e precoce entrada em vigor em nível global.

10. Congratularam-se da eleição da República do Peru para sediar a XIV Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (XIV UNCTAD) que acontecerá no ano 2016 e auguraram seu êxito.

11. Congratularam-se pela adoção das “Diretrizes Internacionais relativas às Respostas em Matéria de Prevenção do Delito e Justiça Penal a respeito do Tráfico de Bens Culturais e Outros Delitos Conexos”, no âmbito do 23º Período de Sessões da Comissão de Prevenção do Delito e Justiça Penal das Nações Unidas celebrado na cidade de Viena, Áustria, entre 12 e 16 de maio de 2014, que reconhece o caráter criminal do tráfico ilícito de bens culturais e seus efeitos devastadores para a identidade e a herança cultural dos povos.

11. Manifestaram sua satisfação pela decisão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO de inscrever na lista do Patrimônio Mundial al Qhapaq Ñan – Sistema Viário Andino, fruto de dez anos de trabalho conjunto e solidário de seis países sul-americanos que integram o MERCOSUL (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia,

Equador e Peru). Esta decisão foi salientada pelos membros do Comitê como uma contribuição para a evolução da proteção da cultura universal, com ações concretas que os países membros reconhecerão.

Expressaram seu reconhecimento e agradecimento ao Senhor Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, a Governo e ao povo venezuelano pela sua hospitalidade e pela realização da XLVI Reunião do Conselho do Mercado Comum e a Cúpula de Presidentas e Presidentes do MERCOSUL e Estados Associados.

